

# Esforço concentrado

Passada a leseira do carnaval, as lideranças políticas iniciam uma corrida para recuperar o tempo perdido. As intenções, como sempre, são as melhores. Pretende-se votar 136 vetos presidenciais e 23 medidas provisórias até o dia 15, liberando a pauta para o exame, já no início da segunda quinzena de março, das emendas à Constituição propostas pelo governo. Entre tantos vetos e medidas provisórias há matéria controvertida, capaz, portanto, de afunilar o escoamento do entulho que a legislatura passada deixou acumular por conta de uma absurda hegemonia do colégio de líderes e da necessária cumplicidade preguiçosa dos presidentes das Casas. Só por isso a gazeta do carnaval foi importante: perderam-se dias insubstituíveis na desobstrução da pauta. Pretende-se que o consolo para os dias em que o trabalho virtualmente corporal que é a varrição de vetos e medidas provisórias empilhados no quarto de despejo do Congresso sejam os momentos de reflexão e de revisão de estratégias a que se dedicaram os líderes do governo. Pouco conforto isso trará.

Afinal, urdir um esquema que separa para votação na terça e na quarta-feiras os vetos e medidas provisórias sobre os quais há consenso e destinar a quinta-feira às matérias polêmicas não é tarefa que exija grande esforço intelectual ou demande longo tempo. Também é óbvia a constatação de que haverá um dia em que a bancada de apoio do governo terá de

fazer a prova dos noivos: saber no duro teste do voto qual o seu tamanho e consistência. E tudo aconselha que o teste seja feito antes que os projetos de emenda constitucional entrem na ordem do dia. Ao que parece, à medida que a verificação do poder de fogo do governo se aproxima, as lideranças vão se dando conta de que talvez tenham aberto demais o leque de discussões em torno do elenco de reformas que o governo pretende fazer, de suas prioridades e cronogramas.

O problema está menos nas possíveis e prováveis reações da oposição que no comportamento das bancadas dos partidos que apóiam o governo. Como se não bastasse a falta, no Brasil, da tradição da ação das bancadas partidárias em uníssono na apreciação das questões doutrinárias, nos últimos anos tem prevalecido no Congresso a pulverização das posições, sob o pretexto de que o voto de liderança é tanto um instrumento autoritário quanto um recurso que não leva em conta as manifestações de consciência. De fato, o voto de liderança é máscula boa parte da atividade parlamentar, mas não pode e não deve ser confundido com o dever de lealdade que o parlamentar tem para com a plataforma do partido sob cuja legenda se elegeu. Questões de consciên-

EX-LIBRIS  
O ESTADO DE S. PAULO

cia e vocação ideológica, se as havia, deveriam ter sido resolvidas antes, ainda na fase do registro de candidaturas. No ambiente verdadeiramente indisciplinado que ainda prevalece, o governo tem fundadas razões para recear que manifestações individuais, contrárias à orientação partidária, polarizem resistências que compliquem demasiadamente o processo. E o governo quer se garantir.

Na semana que começa, reúne-se o Conselho Político com dupla finalidade: a primeira, mas nem por isso a mais importante, será submeter ao PSDB, PMDB, PFL, PP e PL — isto é, aos partidos que apóiam ostensivamente o governo — as propostas de reforma da Previdência Social e da estrutura tributária. O Conselho não é um organismo meramente homologatório. Seus membros, que têm a obrigação de defender os interesses do governo no Congresso, opinam e influenciam, às vezes, decisivamente. Tal foi o caso da flexibilização do monopólio do petróleo, que entrou restrita nas discussões do Conselho e saiu mais ampla, abrangendo todas as fases, desde a lavra até o refino, passando pelo transporte. As lideranças partidárias têm, portanto, o que dizer, além de serem elas próprias um dos termômetros mais confiáveis com que

pode contar o governo para sondar as tendências do Congresso.

Como segunda finalidade o Conselho Político reúne-se para que o presidente da República possa cobrar dos líderes partidários consistente coesão em torno das propostas acertadas. A segunda etapa da reforma constitucional envolve questões delicadas para os parlamentares, em suas ligações mais vitais com as bases locais do eleitorado e com as estruturas estaduais. A reforma da Previdência mexerá com o eleitor, individualmente; a mudança da ordem tributária alterará as relações entre os Estados e a União. São temas, portanto, de grande sensibilidade, sobre os quais o governo não poderá passar apenas com argumentos técnicos.

Nesta fase o grande desafio que o presidente da República terá de enfrentar será o de definir a linha que, atendendo as necessidades de modernização do Estado, ao mesmo tempo aglutine o apoio dos parlamentares, permitindo-lhes defender as reformas junto às bases eleitorais. Traçada essa linha, o presidente terá, e poderá exigir, o apoio sólido das bancadas governistas.